

---

# gramática e política

Sírio Possenti

*"Receio bem que jamais venhamos a desembaraçar-nos de Deus, pois cremos ainda na gramática" (Nietzsche).*

Este trabalho não pretende avançar nenhuma novidade sobre a relação entre política e gramática, mas apenas divulgar algumas reflexões correntes sobre o tema em certos círculos. O tom do trabalho será, é evidente, político.

Para tratar, mesmo que sumariamente, do tema, é necessário antes de tudo conceituar gramática. Ver-se-á que, qualquer que seja a acepção em que se tome este termo, a questão da política lhe está inexoravelmente ligada. Distinguir-se-ão três conceitos correntes, que equivalem a três maneiras de se entender a expressão "conjunto de regras lingüísticas".

No sentido mais comum, o termo gramática designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem "falar e escrever corretamente". Neste sentido, pois, gramática é um conjunto de regras *a serem seguidas*.

Usualmente, tais regras prescritivas são expostas, nos compêndios, misturadas com descrições de dados, em relação aos quais, no entanto, em vários capítulos das gramáticas, fica mais do que evidente que o que é descrito é, ao mesmo tempo, prescrito. Citem-se como exemplos mais evidentes os capítulos sobre concordância, regência e colocação dos pronomes átonos.

Num segundo sentido, gramática é um conjunto de regras que um cientista dedicado ao estudo de fatos da língua encontra nos dados que analisa a partir de uma certa teoria e de um certo método. Neste caso, por gramática se entende um conjunto de *leis* que *regem* a estruturação real de enunciados realmente produzidos por falantes, regras que *são* utilizadas. Neste caso, não importa se o emprego de determinada regra implica numa avaliação positiva ou negativa da expressão lingüística por parte da comunidade, ou de qualquer segmento dela, que fala esta mesma língua.

Gramáticas do primeiro tipo preocupam-se mais com como deve ser dito, as do segundo ocupam-se exclusivamente de como se diz. Para que a diferença fique bem clara, imagine-se um antropólogo que descreva determinado sistema de parentesco de um certo povo, e outro que o censure por desrespeitoso, por não distinguir-se o papel do pai e o do tio. . .

Num terceiro sentido, a palavra gramática designa o conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar. É preciso que fique claro que sempre que alguém fala o faz segundo regras de uma certa gramática, e o fato mesmo de que fala testemunha isto, porque usualmente não se "inventam" regras para construir expressões. Pelo conhecimento não consciente, em geral, de tais regras, o falante sabe sua língua, pelo menos uma ou algumas de suas variedades. O conjunto de regras lingüísticas que um falante conhece constitui a sua gramática, o seu repertório lingüístico.

Uma gramática do tipo 2 será tanto melhor quanto mais coincidir com uma gramática do tipo 3, isto é, quanto maior conteúdo empírico explicar. É por esta razão que Chomsky diz que a tarefa do lingüista é semelhante à da criança que está aprendendo a língua de sua comunidade: ambos devem descobrir as regras da língua. Os lingüistas, sabe-se, são muito menos bem-sucedidos que as crianças.

Talvez haja regras gerais válidas para todas as línguas. Talvez não. Não discutamos isto aqui. Aceitemos que uma gramática refere-se a uma língua. Ocorre que língua não é um conceito óbvio. Pelo menos, pode-se dizer que há um conceito de língua compatível com cada conceito de gramática. Isto é, vista a língua de uma certa forma, ver-se-á a natureza e a função da gramática de uma forma compatível. Qualquer outra postura será incoerente em excesso para merecer atenção. Distingamos, pois, três conceitos de língua.

O primeiro conceito é o mais usual entre os membros de uma comunidade lingüística, pelo menos em comunidades como as nossas. Segundo tal forma de ver a questão, o termo língua recobre apenas uma das variedades lingüísticas utilizadas efetivamente pela comunidade (ver item *c*), a variedade que é pretensamente utilizada pelas pessoas cultas. É a chamada língua padrão, ou norma

culta. As outras formas de falar (ou escrever) são consideradas erradas, não pertencentes à língua. Definir língua desta forma é esconder vários fatos, alguns escandalosamente óbvios. Dentre eles está o fato de que todos ouvimos diariamente pessoas falando diversamente, isto é, segundo regras parcialmente diversas, conforme quem fala seja de uma ou de outra região, de uma ou de outra classe social, fale com um interlocutor de um certo perfil ou de outro, segundo queira vender uma imagem ou outra. Esta definição de língua peca, pois, pela exclusão da variedade, por preconceito cultural. Esta exclusão não é privilégio de tal concepção, mas o é de uma forma especial: a variação é vista como desvio, deturpação de um protótipo. Quem fala *diferente* fala *errado*. E a isso se associa que pensa errado, que não sabe o que quer etc. Daí a não saber votar, o passo é pequeno. É um conceito de língua elitista.

O segundo conceito de língua, ligado a gramáticas do tipo 2, também é excluyente, em relação aos fenômenos, não tanto por só incluir partes, mas por incluir de certo modo apenas. Aqui língua equivale a um construto teórico, necessariamente abstrato. Como tal, é considerado homogêneo, não prevê variações no sistema. O que faz é prever sistemas coexistentes, mas não incorpora, embora trabalhe com base em enunciados da fala, as flutuações da fala. Não se quer pôr em dúvida a necessidade da construção do objeto teórico para a tarefa científica de descrever línguas. Trata-se de colocar a dúvida: até que ponto, efetivamente, tais construtos representam o maior conteúdo empírico possível e até que ponto são restritivos em relação aos fenômenos. As teorias pagam seu preço às ideologias a que se ligam. Por exemplo: o estruturalismo exclui o papel do falante no sistema lingüístico, define a língua como meio de comunicação, o que implica que não há interlocutores, mas emissores e receptores, codificadores e decodificadores. A Gramática Gerativa só considera enunciados ideais produzidos por um falante ideal que pertença a uma comunidade lingüística ideal. Além disso, concebe a língua como espelho do pensamento, o que implica fazer uma semântica de base lógica privilegiando o valor de verdade dos enunciados. O que é uma exclusão de todas as outras funções da linguagem.

Estes tipos de concepção de língua, no entanto, não avalisam nenhum preconceito contra qualquer língua ou contra qualquer variedade lingüística. Mas, de fato, trabalham com dados higienizados. E as gramáticas que as estudam estabelecem prioridades, o que sempre significa, na prática, deixar para as calendas as tarefas consideradas posteriores e dependentes da principal.

Considerando-se que os falantes não falam uma língua uniforme e não falam sempre da mesma maneira, a terceira concepção de gramática opera a partir de uma noção de língua mais difícil de explicitar. Digamos, em poucas palavras, que neste sentido língua é o conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade e reconhecidas como heterônimas de uma língua. Isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua. É interessante observar que a propriedade "pertencer a uma língua" é atribuída a uma determinada variedade bastante independentemente dos seus traços lingüísticos internos, isto é, de suas regras gramaticais, mas preponderantemente pelo sentimento dos próprios usuários de que falam a mesma língua, apesar das diferenças. Assim, não importa se uma determinada variedade A de uma língua é mais semelhante a uma variedade X de outra língua do que a uma variedade B da mesma língua. A e B serão consideradas variedades de uma *mesma* língua, X será uma variedade de *outra* língua. Este tipo de fenômeno é comum em fronteiras políticas, que são muito comumente fronteiras também lingüísticas por causa das atitudes dos falantes mais do que por causa dos traços gramaticais das formas lingüísticas. Língua é, pois, neste sentido, um conjunto de variedades.

Consideremos agora alguns fatos lingüísticos. Pouco se sabe sobre as línguas, a despeito dos séculos de trabalho a elas dedicados, mas algumas coisas são evidentes. A mais evidente de todas é que as línguas estão estreitamente ligadas a seus usuários, isto é, aos outros fatos sociais. Não são sistemas que pairam acima dos que falam, e não estão isentas dos valores atribuídos pelos que falam.

Um outro fato evidente é que as línguas variam. Não se sabe de nenhuma língua que seja uniformemente falada por velhos e jovens, homens e mulheres, pessoas mais e menos influentes, em qualquer circunstância. Este fato faz das lín-

guas um objeto extremamente complexo, não só pela dificuldade, já de si enorme, de se descobrir a totalidade das regras gramaticais encontráveis e a sua natureza (se categóricas ou variáveis), mas também por causa da extrema dificuldade em se fixar o limite entre o que é e o que não é lingüístico. Tomar uma decisão sobre este aspecto já é assumir concepções em geral não inocentes no campo ideológico. De uma certa maneira, é um problema análogo ao da separação entre a economia e a política.

Um terceiro fato evidente é que as línguas mudam. As gramáticas do tipo 1 fazem o possível para ser insensíveis a esta realidade, mas ela é tão forte que mesmo elas acabam por dobrar-se, embora parcial, tardiamente e apenas segundo uma razão: por se pautarem nos "bons escritores", que sempre incorporam formas novas ou mesmo criam formas alternativas. O que tais gramáticas não fazem é associar o fato da mudança ao fato da variação, inerente às línguas naturais, por causa dos valores que os usuários atribuem a formas distintas.

Um outro fato que não pode ser esquecido é que a variedade lingüística estudada e aconselhada por gramáticas do tipo 1 é fruto de um longo e minucioso trabalho explícito voltado não sobre a língua, no sentido *c*, mas sobre uma de suas variedades, para "aperfeiçoá-la". Um dos resultados deste trabalho é a apresentação desta variedade como se ela não tivesse a mesma origem das outras. Em resumo, aquilo que se chama vulgarmente de linguagem correta não passa de uma variedade da língua que, em determinado momento da história, por ser a utilizada pelos cidadãos mais influentes da região mais influente do país, foi a escolhida para servir de expressão do poder, da cultura deste grupo, transformada em única expressão da única cultura. Seu domínio passou a ser necessário para ter acesso ao poder. O que precisa ficar claro é que esta variedade, a mais prestigiada de todas, tem a força que tem em função de dois fatores, ambos desligados de sua, digamos, estrutura: pelo fato de ser utilizada pelas pessoas mais influentes, donde se deduz que seu valor advém não de si mesma, mas de seus falantes; e por ter merecido, ao longo dos tempos, a atenção dos gramáticos, dos dicionaristas e dos escribas em geral, que se esmeraram em uniformizá-la ao máximo, em adicionar-lhe palavras e regras que acabaram por torná-la, efetivamente, a va-

riedade capaz de expressar maior número de coisas. Não necessariamente de expressar melhor, mas de expressar mais. As outras variedades ou foram confinadas ao uso no dia-a-dia ou para finalidades muito bem definidas pela sociedade.

Resumindo, há fatos básicos em relação às línguas que não podem ser esquecidos, a não ser por uma certa vontade política: a) que as línguas não existem em si; b) que elas variam, isto é, não são uniformes, num tempo dado; c) mudam, isto é, não são iguais em dois tempos diferentes, nas suas variedades; d) em certas sociedades, há uma variedade que merece tanta atenção, tanto trabalho de normalização e de criação e/ou incorporação, e em torno de cujas virtudes se faz tamanha pregação que todos acabam por concordar que esta variedade é a língua, sendo as outras formas imperfeitas e desviantes *da* língua (*da* significando aqui não pertença, mas ponto de partida).

Pode parecer que se trate de preciosismo verbal, mas é preciso acentuar que no interior das línguas não há variantes, termo que pode dar a idéia de que uma forma deriva, bem ou mal, de outra, que é superior melhor, mas apenas *variedades*, isto é, formas coexistentes. Eventualmente, uma forma de uma variedade pode ter sido emprestada de outra, como há empréstimos de língua para língua e conseqüente adaptação. E é preciso dizer com todas as letras que todas as variedades são boas e corretas, e que funcionam segundo regras tão rígidas quanto se imagina que são as regras da "língua clássica dos melhores autores". As variedades não são, pois, erros, mas diferenças. Não existe erro lingüístico. O que há são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, ao invés de outra, mas no uso de uma variedade ao invés de outra numa situação em que as regras sociais não abonam aquela forma de fala. Assim, é tão inadequado (não errado) dizer-se "Vossa Senhoria quer fazer o obséquio de me passar o sal" numa refeição em família quanto dizer-se "Ô, meu chapa, qué fazê o favor de demití o Ministro X que ninguém mais tem saco pra guentá ele?" ao Presidente da República numa reunião do Ministério. Mas não se diga que esta última frase está errada. Ela é uma frase do português, tem regras próprias. Nos exemplos, trata-se apenas de gafes análogas a ir à praia de smoking ou a um jantar formal de bermudas. O "erro",

portanto, se dá sempre em relação à avaliação do valor social das expressões, não em relação às expressões mesmas. Não fosse assim, seria como considerar mal acabado um colete por não ter mangas.

Digamos mais diretamente, então, o que há de político nas gramáticas. Em gramáticas do tipo 1, o que há de político é mais do que evidente. Elas são excludentes em alto grau. Em primeiro lugar, excluem a fala, considerando propriamente corretas apenas as manifestações escritas (ou as faladas que as repetem, que continuam, na verdade, sendo escritas. . .). Sabe-se que a escrita, como nós a conhecemos, é posterior à fala e foi construída sobre ela, embora esteja claro que as duas modalidades são diversas em numerosos aspectos que não cabe aqui tratar. Ao eleger a escrita, não elegem qualquer manifestação escrita. Adotam como modelo a escrita literária. Ora, é evidente que a literária não é a única escrita, nem a melhor. É uma dentre elas, e só é melhor para a literatura. Mas isso não é tudo. Ao eleger a escrita literária, elegem alguns escritores, ou ainda uma seleção de suas obras (inclusive para evitar imoralidades. . .). Selecionam apenas os clássicos. Uma das características dos clássicos, a verdade a mais relevante para as gramáticas (e para representar bons usos da língua!) é serem antigos. De degrau em degrau, excluindo a oralidade, a escrita não literária, a escrita literária moderna, o que tais gramáticas nos apresentam é antes de mais nada uma língua arcaica em muitos de seus aspectos. Esquecem estas gramáticas que tais clássicos foram, em seu tempo, freqüentemente apedrejados pelo "mau uso da linguagem", porque então também havia os clássicos a ser imitados.

Em segundo lugar, uma gramática assim pensada e construída exclui a variação, tanto a oral como a escrita. As variedades regionais são, para ela, regionalismos, e merecem tratamento tão desprezível quanto os estrangeirismos, elencados entre os vícios de linguagem. As variedades sociais eventualmente trazidas para os textos pelos escritores ou são folclore ou concessão incompreensível ao mau gosto. É pois política, absolutamente falta de senso histórico, mas não ingênua, a atitude purista e arcaizante, por considerar sem valor, erradas, frutos da falta de cultura e do desleixo as manifestações não avalisadas por um estreito e freqüentemente mau "bom gosto". O preconceito contra qualquer manifestação

lingüística popular é escandaloso nas gramáticas deste tipo. Maurizio Gnere, em texto ainda inédito, afirma que a língua é o único lugar em que a discriminação é aceita. Em nenhum documento está dito que não se tem o direito de discriminar alguém por causa de seu sotaque ou de qualquer outra peculiaridade lingüística, embora se condene claramente a discriminação quando baseada em fatores como religião, cor, ideário político etc. Diria que não só não se trabalha em favor do fim da discriminação lingüística, como, pelo contrário, cada vez mais se valoriza a língua da escola, que é na verdade a língua do Estado.

Gramáticas do tipo 2 são políticas em três sentidos, pelo menos: a) em primeiro lugar porque, embora se baseiem na oralidade, a construção dos modelos e, na verdade, o corpus utilizado levam sempre, imperceptivelmente talvez, para a consagração da variedade padrão como representante ideal das regras da língua. A melhor demonstração desta atitude é que o estudo da variação lingüística cabe a um ramo interdisciplinar, a socio-lingüística, não à lingüística mesma; b) em segundo lugar, tais gramáticas são políticas na construção e delimitação do objeto: conforme o que excluem ou incluem no objeto da teoria, efetuam um recorte dos fenômenos que imediatamente denuncia as ligações ideológicas da teoria gramatical com certas concepções de outros fenômenos sociais. Casos evidentes são o estruturalismo americano, ligado diretamente ao behaviorismo, e a gramática gerativa, que apela fortemente para o inatismo. Compare-se, também, a concepção de signo em Saussure e em Voloshinov; c) pela exclusão que tais gramáticas promovem do aspecto histórico das línguas, das razões sociais das mudanças. A doutrina da precedência da sincronia vem de par com uma concepção de língua como sistema independente de fatores extra-lingüísticos, excluindo totalmente o papel da história e das reais relações entre os falantes.

As gramáticas do tipo 3 são evidentemente políticas. Neste caso, no entanto, não necessariamente a marca política é imposta por grupos de poder especializados. É a própria comunidade que fala a língua que trabalha politicamente, impingindo normas de linguagem, e excluindo os que não se submetem. Neste sentido, os próprios falantes promovem o máximo possível de normalização ou de

especialização de variedades, atribuindo valores às formas lingüísticas. Em comunidades de maior escolaridade, é claro que gramáticas do tipo 1 interferem em gramáticas do tipo 3. Daí porque normas e concepções daquelas gramáticas podem encontrar-se reproduzidas nestas, e a comunidade, embora exercite a diversidade, considera explicitamente uma forma de falar melhor que outra. A forma mais valorizada coincide com a forma padronizada pelas gramáticas.

E, no entanto, não existe nenhuma variedade e nenhuma língua que sejam boas ou ruins em si. O que há são línguas e variedades que mereceram maior atenção que outras, segundo necessidades e eleições historicamente explicáveis. Necessidades e eleições claramente políticas. Fishman, em seu *Sociology of language*, menciona quatro atitudes básicas adotadas em relação a variedades privilegiadas, que as valorizaram sobremaneira.

**P**adronização: consiste na codificação e aceitação, dentro de uma comunidade lingüística, de um conjunto de hábitos ou normas que definem o uso "correto" (Steward). Este é um assunto típico dos guardiães da língua: escritores, gramáticos, professores etc, isto é, de certos grupos cujo uso da língua é profissional e consciente. Codifica-se a língua e ela é apresentada à comunidade como um bem desejável. Em seguida, promove-se a variedade codificada, por meio de agentes e autoridades como o governo, sistemas de educação, meios de comunicação etc. O que é importante verificar, nesta tarefa, é que ela é efetuada sobre uma variedade que, antes de ser trabalhada, é (considerada) cheia de "defeitos e lacunas". A padronização não é, pois, uma propriedade da língua, mas um tratamento social. Consiste em fazer passar por natural o que é criado.

**A**utonomia: é uma atitude que se preocupa com a unidade e a independência do sistema lingüístico, erigindo-o frequentemente em condição *sine qua non* da unidade nacional. O principal instrumento da autonomia é a padronização, através de gramáticas e dicionários, meio seguro de representar a autonomia e de aumentá-la, fixando as regras e aumentando o léxico. "Os heróis não nascem, são feitos". O mesmo vale para a autonomia das línguas.

---

**H**istoricidade: Fischman utiliza uma analogia interessante: buscar sua própria ascendência é uma das características dos novos ricos. Da mesma forma, as línguas, para aparecerem como autônomas, exigem um esforço de reconstrução de seu passado, para descobrir sua "honrosa estirpe". Nada melhor do que derivar do latim, desde que não se diga em voz muito alta que foi do latim dos soldados. . .

**V**italidade: atitude que se preocupa com a manutenção da língua e sua difusão de vez que, quanto mais numerosos e importantes os falantes, maior a autonomia, a historicidade e a vitalidade. Esta postura fica clara em muitos lugares, mas é interessante verificar que funcionou como justificativa para a confecção das primeiras gramáticas do espanhol e do português. Os autores alegavam coisas como "um grande império merece uma grande língua", "as gramáticas são necessárias para que a língua possa ser levada para as colônias, para que lá possa permanecer mesmo quando terminar a dominação política." Bastariam declarações como estas, aliás, para demonstrar claramente a relação da gramática com a política, principalmente no caso das gramáticas pedagógicas, relação que é extremamente bem manifesta nas quatro atitudes enumeradas por Fishman.

A adoção de gramáticas do tipo 1 pelas escolas é bem um sintoma de que elas pouco se preocupam em analisar efetivamente uma língua mas, antes, em transmitir uma ideologia lingüística. Se considerarmos que aquelas gramáticas adotam uma definição de língua extremamente limitada, que expõem aos estudantes um modelo bastante arcaico e distante da experiência vivida, mais do que ensinar uma língua, o que elas conseguem é aprofundar a consciência da própria incompetência, por parte dos alunos. O resultado é o aumento do silêncio, pois na escola não se consegue aprender a variedade ensinada, e se consagra o preconceito que impede de falar segundo outras variedades. E isto é politicamente grave, porque, segundo Foucault "o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas o por que, aquilo pelo que se luta, o poder cuja posse se procura."

---

Sírio Possenti pertence ao Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

---

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo,  
v. 2, 3, p. 64-69, nov. 83**

---